

Veto Total nº 080/17

AO EXPEDIENTE

Em: 09 JAN 2017

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

15 FEV 2017

Protocolo: 124/17

Processo: 124/17

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIARecebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

15 FEV 2017

1º Secretário da Assembleia Legislativa
Folha
Estado de Rondônia

MENSAGEM N. 275 , DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que "Dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução de litígio em que o Estado de Rondônia, seja parte e dá outras providências." (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 355/2016 - ALE, de 7 de dezembro de 2016.

Senhores Deputados, o Autógrafo de Lei nº 406, de 7 de dezembro de 2016, encontra-se eivado de flagrante inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa e invasão de competência.

Importante mencionar que a propositura em destaque cria obrigações e atribuições aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, Direta e Indireta, sendo que a competência para disciplinar sobre a organização e funcionamento da administração do Estado pertence ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 65, inciso VII, da Constituição do Estado de Rondônia, *in verbis*:

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - representar o Estado perante o Governo da União e as Unidades da Federação, bem como em suas relações jurídicas, políticas e administrativas, exercendo com o auxílio dos Secretários de Estado a direção superior da administração estadual;

III - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

O Supremo Tribunal Federal já sedimentou a orientação quanto à necessária harmonia e independência entre os Poderes, como é o caso do acórdão proferido na ADI nº 2.417-SP. Veja-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL 10539/00. DELEGACIA DE ENSINO. DENOMINAÇÃO E ATRIBUIÇÕES. ALTERAÇÃO. COMPETÊNCIA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SIMETRIA. OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS-MEMBROS. VETO. REJEIÇÃO E PROMULGAÇÃO DA LEI. VÍCIO FORMAL: MATÉRIA RESERVADA À INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO.

1. Delegacia de ensino. Alteração da denominação e das atribuições da entidade. Iniciativa de lei pela Assembleia Legislativa. Impossibilidade. Competência privativa do Chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo sobre matérias pertinentes à Administração Pública (CF/88, artigo 61, § 1º, II, e). Observância pelos estados-membros às disposições da Constituição Federal, em razão da simetria. Vício de iniciativa.

2. Alteração da denominação e das atribuições do órgão da Administração Pública. Lei oriunda de projeto da Assembleia Legislativa. Veto do Governador do Estado, sua rejeição e a promulgação da lei. Subsistência do atentado à competência reservada ao Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a matéria. Vício formal insanável, que não se convalida. Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei 10539, de 13 de abril de 2000, do Estado de São Paulo.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

09 JAN 2017

Isolanda Costa
Servidor(nome legível)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Há também julgados de outros Tribunais que reforçam a proibição de interferência em seara administrativa do Poder Executivo:

→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 10/2007, DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS CASEIRAS. INICIATIVA PARLAMENTAR. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

É do prefeito municipal o dever de adotar providências que o vinculam gerando despesa pública, à margem de sua iniciativa. O fato de a norma ser autorizativa não modifica o juízo de invalidez por falta de legítima iniciativa. Reconhecida a afronta aos artigos 8º, 10, 60, II, "d", 61, I, 82, II e VII, 149 e 154, I, da Constituição Estadual.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. (Tribunal de Justiça do RS, Tribunal Pleno, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70022341739, Rel. Des. Alzir Felipe Schmitz, j. 04-08-2008)

Destaco, por conseguinte, que é vedado a qualquer dos Poderes imiscuir-se na independência um do outro, consoante o Princípio da Separação dos Poderes, tutelado pela Constituição Federal, em seu artigo 2º, bem como na Constituição do Estado de Rondônia, no artigo 7º, eis que a administração e a organização dos Órgãos do Poder Executivo incumbem unicamente ao Chefe do Poder Executivo Estadual.

Desse modo, o hodierno Autógrafo de Lei, oriundo dessa Egrégia Assembleia Legislativa, contraria frontalmente as Constituições Federal e Estadual, impondo-se a necessidade de veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador